

Sustentabilidade, democracia e conhecimento: interdependência sob ataque

Carlos Hiroo Saito, Marcel Bursztyn, Frédéric Mertens, Patrícia Mesquita e
Cristiana Dobre

doi:10.18472/SustDeb.v16n1.2025.57868

O ano de 2025 inicia o segundo quarto do século XXI e marca a entrada no terço final do período de implementação da Agenda 2030. O ano de 2025 também inaugura um novo período de alarmante aquecimento global após a confirmação pela Organização Meteorológica Mundial de que 2024 foi o ano mais quente já registrado na história: a temperatura média global da superfície do planeta, calculada a partir da consolidação de seis conjuntos de dados, foi de 1,55°C (com uma margem de incerteza de $\pm 0,13^\circ\text{C}$) acima da média de 1850-1900. Esse dado representa um marco na história por um caráter muito particular: é o primeiro ano que se registra uma temperatura média global superior ao limite de 1,5°C de aumento – em relação à média pré-industrial de 1850-1900 – estabelecido no Acordo de Paris.

Justamente nesse contexto, o presidente eleito dos EUA assinou, em janeiro deste ano, um decreto que determina a saída do seu país do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Esse ato se soma à iniciativa, no âmbito interno daquele país, de desmantelamento institucional da EPA (*Environmental Protection Agency*), criada em 1970, e que sempre foi uma referência para as políticas de proteção ambiental no mundo. E segue outras ações de desregulamentações do setor de petróleo e gás, visando acelerar a perfuração e a implantação de oleodutos. A retórica “*drill, baby, drill*”, expressa no discurso do presidente americano, apenas sinaliza uma mudança significativa no cenário: a passagem do discurso negacionista para ações práticas sob a tutela do Estado.

É importante lembrar que esse comportamento tem reflexos no (e também é resultado do) retrocesso na aceitação do princípio de que as futuras gerações têm direito a um ambiente saudável: esse princípio é lançado para as profundezas do esquecimento, dando lugar ao império do curtoprazismo e do desfrute imediato de rendimentos do abuso na exploração da natureza.

Se o cenário aponta para um futuro sombrio do ponto de vista da busca dos resultados ambientais concretos em termos de sustentabilidade planetária, é importante também analisar que um conjunto de ações complementares para fazer perdurar esse cenário está em curso: o reforço do negacionismo, com a busca da quebra dos mecanismos de regulação de redes sociais, e a tentativa de lançar os anos vindouros no obscurantismo científico, com corte de verbas para pesquisa, a perseguição aos cientistas, e as barreiras que se levantam contra o fluxo de informação e intercâmbio entre pesquisadores. A saída decretada dos EUA da Organização Mundial de Saúde encaixa-se na promoção do obscurantismo científico e na capacidade de enfrentamento de novas pandemias, porque foi justamente a circulação de informação e dados, e o esforço conjunto de cientistas de diferentes nacionalidades que permitiram vencer a pandemia da Covid-19, cuja magnitude da doença foi objeto de negação lá e cá.

Mas seria injusto restringir os processos de deslegitimação da ciência e ataque aos cientistas apenas aos EUA da era Trump. Na Alemanha, o *Alexander von Humboldt Institute for Internet and Society* (HIIG) lançou em 2023 o projeto Capacidades e Competências para Lidar com Discurso de Ódio e Hostilidade em Relação à Ciência (Kapaz), buscando entender a prevalência e as formas de hostilidade à ciência na Alemanha e criar recursos para dar suporte a pesquisadores. O relatório *Academic Freedom Index – Update 2025*, recentemente lançado pelo Instituto V-DEM (Gothenburg

Suécia) e o *Institute of Political Science/Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg* (Erlangen, Alemanha), mostra, em um comparativo de 10 anos (2014-2024), diversos países com registro de declínio estatisticamente significativo da liberdade acadêmica segundo o índice que mede essa liberdade: Bolívia, Estados Unidos da América, Argentina, México, Portugal, Geórgia, Reino Unido, Lituânia, Finlândia, Israel, Polônia, Alemanha e Áustria¹.

Esses dados mostram que se a sustentabilidade é ameaçada pelo enfraquecimento do conhecimento, o ataque simultâneo a esses dois pilares da nossa sociedade requer ainda o ataque a um terceiro pilar igualmente caro: a democracia. Restringir a liberdade de fazer ciência significa restringir o tipo de conhecimento a que se pretende dar acesso no futuro. E moldar as mentes de uma sociedade para assumir olhares mais conservadores requer também atacar as artes. No mês de março de 2025, o presidente dos EUA mirou a *Smithsonian Institution*, que responde pela maior rede de museus e locais culturais do país, com sua ordem executiva intitulada ‘Restaurando a Verdade e a Sanidade da História Americana’: para assegurar a remoção de obras e exposições cunhadas como portadoras do que foi chamado de “ideologia divisiva e centrada na raça”. Segundo o jornal *The Washington Post*, de 28 de março de 2025, um exemplo de “ideologia imprópria” por essa nova ordem executiva seria a exposição “*The Shape of Power: Stories of Race and American Sculpture*”, que examina o papel da escultura na “compreensão e construção do conceito de raça nos Estados Unidos” e que se encontra aberta ao público até 14 de setembro no *Smithsonian American Art Museum*.

Foi essa combinação entre o ataque ao conhecimento e à liberdade/democracia, pela imposição de regimes de vigilância e contenção, trazidos para o século XXI, que levou o *The New York Times Magazine* a publicar, em 29 de janeiro de 2025, um ensaio, assinado por Matthew Purdy, intitulado ‘*We Are All Living in George Orwell’s World Now*’. O que essa referência a uma distopia consagrada pela literatura, transposta para os dias de hoje, nos sugere como possível consequência para a sustentabilidade do nosso futuro?

Sustentar a liberdade de pesquisa requer políticas para amplo financiamento, com dotação orçamentária perene que tanto sustente os grupos de pesquisa consolidados como suporte o crescimento dos grupos emergentes. Assegurar que revistas científicas possam subsistir continuando como revistas de acesso livre, sem que os pesquisadores arquem pelo custo desse livre acesso a preços exorbitantes, também faz parte de uma política de fortalecimento da ciência inclusiva. A revista *Sustainability in Debate* persevera nesse caminho de divulgação de artigos de qualidade, que demonstrem a contribuição da ciência para a sustentabilidade global e o desenvolvimento de uma nova ética planetária.

Esta edição de *Sustainability in Debate* reúne um mosaico de reflexões sobre as tensões, inovações e possibilidades que moldam a governança ambiental e o desenvolvimento sustentável na atualidade. Os artigos dialogam entre diferentes contextos e abordagens, traçando como mudanças políticas, pressões socioambientais, dinâmicas participativas e marcos institucionais influenciam a sustentabilidade na prática. Andrade Júnior revisita o enfraquecimento do ambientalismo no Brasil, evidenciando como o desengajamento público e a retórica antiecológica contribuíram para a perda de força do movimento ambiental. Fernandes *et al.* analisam as externalidades da mineração em Ouro Preto (MG), mostrando como a atividade extrativista desvaloriza o mercado de aluguel residencial e exige políticas territoriais mais equilibradas. Na região andina, Jáuregui *et al.* investigam os impactos socioambientais da exploração de lítio em Puno, no Peru, destacando a fragilidade institucional e as preocupações das comunidades locais com a governança dos recursos.

Essas tensões territoriais e ecológicas ressoam em debates sobre inclusão e inovação em políticas públicas. Tartaruga *et al.* examinam como nichos de inovação rural no Nordeste brasileiro geram alternativas sociotécnicas aos regimes agroalimentares dominantes, abrindo caminhos para sistemas mais inclusivos e de baixo carbono. Floriani recorre ao modelo de Sistema de Interação Societal (SIS) para discutir a coexistência entre sistemas de saúde hegemônicos e periféricos, refletindo sobre os limites e possibilidades de diálogo entre práticas tradicionais e institucionais. Michelin *et al.* investigam

o descarte de medicamentos em Araçatuba (SP), revelando uma dissonância entre a consciência ambiental dos usuários e suas práticas cotidianas.

Com um foco no tema das ferramentas e modelos para orientar decisões urbanas e alimentares mais sustentáveis, Silva *et al.* aplicam o modelo Pressão-Estado-Impacto-Resposta (Peir) à mobilidade urbana em João Pessoa, sugerindo indicadores úteis à gestão municipal. Vale *et al.* analisam as pegadas ambientais das dietas de adolescentes brasileiros, revelando como padrões alimentares marcados por ultraprocessados refletem desigualdades sociais e ambientais mais amplas.

Encerrando a edição, Poee e Munyanyi exploram o papel das tecnologias digitais, examinando como a inteligência artificial pode fortalecer a resiliência e a sustentabilidade das cadeias de valor agroalimentares na África. O estudo aponta a convergência entre digitalização e sustentabilidade como força transformadora dos sistemas alimentares no Sul Global, oferecendo pistas sobre o futuro da inovação em governança.

Desejamos uma ótima leitura a todos(as)!

NOTAS

1 | https://academic-freedom-index.net/research/Academic_Freedom_Index_Update_2025.pdf